

## **DOCÊNCIA E INCLUSÃO: DESAFIOS E APONTAMENTOS SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR**

Gláubia Nayara Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Maria Larice da Silva Ramos<sup>2</sup>  
Hermerson de Paulo Barros<sup>3</sup>

### **1. INTRODUÇÃO**

Os inúmeros desafios que se apresentam para a educação no Brasil no início desse novo milênio refletem que ao longo do tempo a educação tem passado por muitas transformações para que possa atender as diferentes necessidades educacionais. Nesse contexto, a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede regular de ensino têm provocado muitas discussões, ganhando força e relevância no ambiente educacional e na sociedade.

O processo inclusivo necessita de mudanças em vários sentidos para ultrapassar os obstáculos encontrados. Carvalho (2003, p. 61) aponta que há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, desde as pessoas da escola, o ambiente físico, os recursos financeiros e materiais, passando pela participação da família e da comunidade, além da filosofia de educação adotada, o projeto político pedagógico, procedimentos de avaliação dentre outros aspectos.

Como são evidentes e preocupantes as dificuldades que os educadores enfrentam ao trabalhar com a inclusão e diante da complexidade desse tema, surge então com o objetivo de identificar os desafios enfrentados pelos professores na inclusão dos alunos em sala regulares. Para isso é necessário compreender o conceito de educação inclusiva e seus fundamentos legais, entender a relação entre professor e a organização escolar na perspectiva inclusiva, os reflexos da formação do professor e as dificuldades por eles enfrentados no processo de inclusão, assim como, as possibilidades de superação dos desafios de inclusão.

Diante da grande importância que este tema tem despertado nas últimas décadas pelo poder público e pelas escolas, mas acima de tudo dos desafios que sua efetivação demanda, o presente estudo discute a problemática: Quais os desafios encontrados pela escola /professores no processo de inclusão das pessoas com deficiência em sala regular?

A pesquisa de cunho bibliográfico baseada em autores com relevante conhecimento no assunto tem com o objetivo geral identificar os desafios que ocorrem na sala de aula no processo inclusivo. Entre os principais estão a infraestrutura inapropriada das escolas, carência de formação dos profissionais, insuficiência de materiais didáticos, superlotação e falta de apoio dos gestores escolares.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),  
glaubianayaraprof@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),  
lariceramos15@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA),  
hermerson1986@outlook.com

## **2. FUNDAMENTOS LEGAIS**

Com a crescente demanda de inclusão, foi tornando-se necessária a normatização do assunto. A legislação brasileira assegura o direito à educação, inclusive às pessoas com deficiência, conforme foi estabelecido em Leis e Decretos, tendo por base o que está prescrito no Art. 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s.p).

Em 1996 foi promulgada a Lei 9.395, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No capítulo V, a LDB trata da Educação Especial, passando por um largo processo de aumento gradativo dos processos inclusivos até resultar, em 2008, na Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Na LDB, a Educação Especial é definida como um tipo de educação escolar que percorre por todas as etapas de ensino. O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação postula que “entende-se por Educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”. O Decreto nº 3.298 de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, conceitua a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001, através da resolução CNE/CEB Nº 2/2001, foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em todas as modalidades e etapas, regulamentando que a escola deve realizar a matrícula de todos os alunos e que a mesma precisa se organizar para acolher os educandos com necessidades educacionais especiais. Finalmente, em 2008, o Ministério da Educação avançou no tema e apresentou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, objetivando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

## **3. ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS E A SALA DE AULA REGULAR: PRESSUPOSTOS A CONSIDERAR**

Inicialmente a sociedade foi construída e desenvolvida para indivíduos considerados “normais” e, ao longo da história da humanidade, a deficiência foi tratada de diferentes formas,

tanto no ponto de vista físico, como mental, pois quem apresentava alguma anormalidade era afastado do convívio social e/ou educacional. Contudo, nas últimas décadas, a rede de ensino vendo sendo desafiada a proporcionar uma forma equilibrada de inclusão, com o intuito de possibilitar uma resposta comum e diversificada. Para Sasaki (2009):

Inclusão é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados toda atividade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p.1)

A Constituição Federal de 1988 assegura a participação de todos nos espaços sociais e políticos, inclusive as pessoas com deficiência e postula que a educação é um direito de todos e dever do Estado, reconhecendo as especificidades e limitações de cada aluno através de uma educação democrática inclusiva.

Se for auxiliado pedagogicamente, o aluno com necessidades especiais é capaz de obter avanços no rendimento escolar, sendo incluindo efetivamente. Entretanto, a instituição escolar deve dispor de materiais e orientações pedagógicas específicas, onde possa desenvolver os processos cognitivos dentro das limitações que cada deficiência apresenta.

#### **4. O PROFESSOR E A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação escolar inclusiva exige o apoio da equipe escolar completa, principalmente da direção, assim como os recursos físicos da escola, adaptar o Projeto Político Pedagógico. Freire (2005) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* diz que: “O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadores e educadoras, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras” (FREIRE, 2005, p. 58).

O professor é fundamental na efetivação da educação inclusiva, dessa forma, é indispensável que ele atue com aptidão e segurança na sala de aula. Nessa perspectiva, é de suma relevância evidenciar o papel dos professores de apoio, conforme declara Machesi (2004):

Seu papel principal é colaborar e ajudar os professores de classe para que desenvolvam estratégias e atividades que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Sua tarefa, portanto, não se centra mais no atendimento exclusivo a esses alunos, mas em ajudar os professores a resolver os problemas e a encontrar a melhor alternativa para a instrução de seus alunos (MARCHESI, 2004, p.42).

Os projetos da escola devem ser relacionados com a profissionalização, qualificação, aperfeiçoamento dos professores e as trocas e partilhas de experiências nas escolas e universidades. Quando falamos em educação dirigimos para um estudo que enalteça as diferenças e as diversidades em sala de aula. Sabemos que para atuar na educação inclusiva é um desafio para o docente é necessário um importante eixo de formação e atualização para os profissionais atuantes nessa área. Portanto, a inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas regulares exige uma formação inicial e contínua.

Maia (2014) enumera alguns desafios enfrentados pelos professores na Educação Inclusiva, e entre eles está a formação docente, que apresenta algumas deficiências em relação a formação inicial nos cursos de graduação, a necessidade de formação continuada e de preparação. A capacitação do professor do ensino comum com base em conteúdo não é suficiente para que o professor crie práticas pedagógicas inclusivas em relação as situações e especificidades individuais que enfrentará na sala de aula. Além disso, em algumas escolas também há estruturas físicas inadequadas, falta de recursos e de equipamentos. O excesso de alunos compromete a escolarização, pois dificultam atendimento mais individualizado dos alunos especiais, que às vezes necessitam de atividades diferenciadas, outro aspecto a ser ressaltado é o tempo escolar que é determinado pela escola e geralmente não é organizado de acordo com a necessidade de aprendizagem do aluno.

A educação inclusiva traz ao professor grandes desafios, para superar essa problemática é preciso compreender a diversidade na sala de aula, visando e oportunizando a aprendizagem de seus alunos, flexibilizando o currículo e horário com o apoio da gestão escolar, a fim de favorecer uma educação onde envolva todos os educandos e as diferentes singularidades de aprender e interagir, promovendo a verdadeira educação humanizada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, a inclusão das pessoas com necessidades especiais em nosso país vem sendo discutida ao longo dos anos até se formalizar na escola. A legislação trouxe muito amparo à educação inclusiva através da obrigatoriedade de matrícula nas escolas de ensino comum, com a existência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a LDB nº 9394/96 e demais documentos legais que amparam o direito de todos à educação. Apesar dos avanços alcançados, o processo inclusivo ainda traz alguns desafios à comunidade escolar, principalmente aos professores, que precisam desenvolver um trabalho voltado ao aprendizado e a inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula.

Esse processo vem acompanhado de adversidades, desde a falta de estrutura física das escolas, como falta de uma formação continuada, falta de materiais didáticos, falta de apoio dos gestores escolares, excesso de alunos, tempo escolar, dificuldades de aprendizagem que os alunos com necessidades têm e entre outras.

Para que essas dificuldades sejam superadas é necessário que os profissionais da educação busquem capacitação continuada, espaços físicos melhorados, um adequado material didático, e recursos tecnológicos e adaptação curricular e metodológica, para que isso favoreça e potencialize as aptidões de cada aluno. A escola e o professor devem quebrar paradigmas ultrapassados e refletir sobre suas funções sociais, pois a escola não é um local apenas de transmissão de conhecimento, é também um espaço de inclusão. Para isso, é de extrema importância a parceria entre Estado, gestores escolares, professor e família.

Pelas reflexões feitas neste estudo, foi possível observar que houve muitos avanços, porém, ainda há um longo caminho a percorrer, um processo que vem acompanhado de uma grande luta social das famílias de pessoas com deficiência junto às escolas e políticas nacionais e internacionais de educação, para quebrar os paradigmas de preconceito e exclusão social e assegurar de forma integral e efetiva a escolarização dos alunos com deficiência, proporcionando se aprendizado de forma integral.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15/07/2019

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL DECRETO n° 3.298, 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **LDB – Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leia/L9394.htm](http://planalto.gov.br/Ccivil_03/leia/L9394.htm). Acesso em: 01/08/2019.

BRASIL. Ministério da Educação, 2006. **Saberes e práticas da inclusão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cadernocoordenador.pdf>. Acesso em 03/08/2019.

MAIA, Mayara dos Santos. **UM DIAGNÓSTICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: organização escolar concepção de professores e desafios**. 72p. Monografia (Curso de Ciências Biológicas). Universidade Federal da Paraíba. 2014.

CARVALHO, R.E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Educação Inclusiva. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação 2003

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, saberes necessários à prática educativa**. 1996.

MARCHESI, Álvaro. **A prática das escolas inclusivas**. In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.